



Chesf

Proposta da Administração



Ministério de
Minas e Energia



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Companhia Aberta
CNPJ nº 33.541.368/0001-16

Senhores Acionistas:

Em conformidade com as disposições legais vigentes e o Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Companhia, apresentamos a Proposta da Administração, com os esclarecimentos e documentos sobre os itens a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária.

Item I – Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2013.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2013, estarão disponíveis na página da Companhia na Internet, www.chesf.gov.br, no link “Relações com Investidores” a partir do dia 27/03/2014.

Item II - Destinação do Resultado do Exercício

A Companhia registrou no exercício de 2013, um prejuízo de R\$ 466,1 milhões, contra um prejuízo de R\$ 5.341,3 milhões em 2012. Ressaltamos que o prejuízo de 2012 foi decorrente do reconhecimento dos efeitos da Lei nº 12.783/2013 relativa à renovação das concessões.

Considerando que não houve lucro líquido no exercício não foi proposta a distribuição de dividendos.

Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados

Aprovar a proposta de participação estatutária dos empregados no resultado do exercício de 2013, para fins de submissão à Assembleia-Geral Ordinária de acionistas, considerando que a Chesf consignou nas Demonstrações Financeiras provisão para fazer frente à obrigação construtiva decorrente de acordo coletivo de trabalho, observada as disposições da Lei nº 10.101, de 20.12.2000 e orientações do DEST, propor o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados – PLR, no montante de até R\$106,5 milhões.

Item III - Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ocorrerá no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29/04/2014.

São indicados para composição do Conselho Fiscal e respectivos suplentes: Antonio de Pádua Ferreira Passos (titular), Marcelo Cruz (titular), Pedro Gaudêncio de Castro (titular), Daniel de Araújo e Borges (suplente), Marcos Spagnol (suplente), Pedro Paulo da Cunha (suplente).

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados para compor o Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2014.



12.6. Informações pessoais dos membros do Conselho Fiscal:

Conselho Fiscal – Membros Titulares

Nome	Antonio de Pádua Ferreira Passos
Idade	57 anos (08/01/1957)
Profissão	Servidor Público
CPF ou passaporte	121.595.901-00
Cargo eletivo a ocupar	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2014
Data da posse	29 de Abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Marcelo Cruz
Idade	48 anos (12/10/1965)
Profissão	Economista
CPF ou passaporte	316.297.171-34
Cargo eletivo a ocupar	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2014
Data da posse	29 de Abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Pedro Gaudêncio de Castro
Idade	83 anos (12/02/1931)
Profissão	Advogado
CPF ou passaporte	007.838.893-72
Cargo eletivo a ocupar	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2014
Data da posse	29 de Abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Conselho Fiscal – Membros Suplentes

Nome	Daniel de Araújo e Borges
Idade	36 anos
Profissão	Economista
CPF ou passaporte	505.936.921-87
Cargo eletivo a ocupar	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2014
Data da posse	29 de Abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

não	
Nome	Marcos Spagnol
Idade	64 anos (27/09/1949)
Profissão	Engenheiro Elétrico
CPF ou passaporte	373.995.517-15
Cargo eletivo a ocupar	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2014
Data da posse	29 de Abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Pedro Paulo da Cunha
Idade	51 anos (15/03/1963)
Profissão	Contador
CPF ou passaporte	813.693.957-87
Cargo eletivo a ocupar	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	29 de Abril de 2014
Data da posse	29 de Abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal:

a) Currículo:

Antonio de Pádua Ferreira Passos - Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Contábeis pela UDF. Possui cursos de aperfeiçoamento em Gestão da Dívida Pública – EaD pela ESAF; Economia do Setor Público pela George Washington University; e Finanças Internacionais e Introdução ao Mercado de Derivativos pelo IBMEC. É Coordenador-Geral de Controle da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional no Ministério da Fazenda e Conselheiro Fiscal Efetivo da Chesf eleito na 64ª AGO de 30/04/2012. Atuou como Conselheiro Fiscal em Furnas Centrais Elétricas S/A entre 2008 e 2012; na Transportadora Gasoduto Brasil-Bolívia S/A - TBG entre 2004 e 2008; na ELETROBRAS entre 1999 e 2004; na BNDESPAR em 1993 e 1994; na FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos em 1992 e 1993; e na Usiminas em 1991. Na Secretaria do Tesouro Nacional, cedido pelo Banco Central, exerceu os cargos de Chefe de Divisão de Responsabilidades Financeiras da COREF, Coordenador Adjunto da Coordenação de Assuntos Externos (COREX), Coordenador Geral da Coordenação de Controle da Dívida Pública (CODIV), Representante do Tesouro Nacional na equipe de negociação da dívida externa entre 1992 e 1994, e em diversas emissões de títulos brasileiros no mercado financeiro internacional. Também atuou como Analista do Banco Central do Brasil entre 1976 e 1988.



Marcelo Cruz – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Econômicas pela Faculdade Integradas da Católica de Brasília - DF, com MBA em e-GOV - Solução em Governo Eletrônico com utilização em WEB pela UNA - Centro Universitário de Ciências Gerenciais, e nestBoston. É Assessor do Secretário-Executivo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração Substituto desse Ministério, onde também atuou como Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo até maio de 2003. Exerce a função de Membro Titular do Conselho Fiscal da Chesf. Já foi Membro do Conselho Fiscal da Chesf de abril de 2006 a abril de 2008. Foi Diretor Adjunto da Diretoria de Recursos Logísticos e Coordenador-Geral da Coordenação de Planejamento, Orçamento e Finanças na Casa Civil da Presidência da República; Diretor Geral, Diretor Administrativo, Assessor e Membro do Grupo de Trabalho de Assessoramento ao Diretor-Geral na Imprensa Nacional; Assessor do Secretário-Executivo, atuando como Coordenador-Geral da Unidade de Coordenação de Programas Internacionais no Ministério da Fazenda; Secretário adjunto, Coordenador-Geral de Programação Técnica e Logística, Coordenador-Geral Técnico-Processual Substituto e Chefe da Divisão de Administração, Orçamento e Finanças da Secretaria do Patrimônio da União; Assessor Pleno, Gerente de Expediente de Agência e Tesoureiro Geral no Banco do Brasil; Membro do Conselho Fiscal da Ceasa/AM; Presidente do Conselho Fiscal do Banespa Cartões; Membro Suplente do Conselho Fiscal do NOCACAP e Membro do Comitê Gestor de governo Eletrônico do Governo Federal.

Pedro Gaudêncio de Castro – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda - PE, com curso de Extensão em Administração pela Faculdade do Ceará. É Membro do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2008. Foi Diretor da Recebedoria de Rendas na Cidade de Floriano - PI; Diretor da Fazendas Reunidas Raymundo de Castro S.A.; Sócio-Gerente da Comercial Construtécnica Ltda; Presidente da Associação Comercial do Sul do Estado do Piauí; e Sócio na MJCASTRO - Administração e Corretora de Seguros Ltda.

Daniel de Araújo e Borges - Membro Suplente do Conselho Fiscal

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB) – em 2000 e Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS - em 2006. Possui diversos cursos de extensão: Monetary Operations, realizado em fevereiro de 2003 pelo Fundo Monetário Internacional; Fixed Income Analysis, realizado em abril de 2006, pelo banco Morgan Stanley em Nova Iorque, EUA; Interest Rate Derivatives Intensive, realizado em outubro de 2007, pelo instituto Goldman Sachs University, London Financial Studies; e Seminar on Economic Policies 2008, evento organizado pelo Ministério da Fazenda do Japão, realizado entre junho e julho de 2008 em Tóquio. Tem experiência acadêmica na área de Economia na UFRGS, na Faculdade CECAP – Brasília, e na Cathedra – Brasília. É Coordenador do Fundo Soberano do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional, desde outubro de 2011 e foi eleito Membro Suplente do Conselho Fiscal da Chesf na 65ª AGO de 29/04/2013. Atuou como Chefe da Mesa de Operações de Dívida Externa, da Secretaria do Tesouro Nacional, responsável pelas negociações relativas à emissão de títulos da República no mercado internacional, precificação de ativos, compra de moeda estrangeira, de junho de 2010 a outubro de 2011; Chefe-adjunto da Mesa de Operações de Dívida Externa, da Secretaria do Tesouro Nacional, de novembro de 2006 a maio de 2010; Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, atuando na administração da Dívida Pública Mobiliária Federal, de agosto de 2001 a fevereiro de 2004; e Consultor do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada – IPEA, pesquisando na área de políticas sociais, com experiência na utilização de microdados, em especial as PNAD e o Censo do IBGE, de agosto de 2000 a maio de 2001.

Marcos Spagnol – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Católica de Petrópolis - RJ, com curso de Pós-Graduação em Administração para Desenvolvimento de Executivo pela Fundação Getúlio Vargas, e Pós-Graduação em Curso de Operação de Sistemas Hidrotérmicos "Sistema de Apoio a Decisão" pela Universidade de Campinas - Unicamp - SP. É Membro Suplente do Conselho



Fiscal da Chesf desde abril de 2006. É Membro Suplente do Conselho Fiscal da CEAL e Suplente do Presidente do Conselho de Administração da ELETROS. É Chefe da Assessoria de Gestão aos Bens da União na Eletrobras desde outubro de 2008. Ainda na Eletrobras, exerceu as funções de Gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras, Assessoria ao Diretor de Projetos Especiais, Gestão da Conta de Combustíveis Térmicos das Regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste e Isolados, bem como participou de Estudos de Estabilidade do Sistema Eletrobras e Estudos de Planejamento Energético do Sistema Eletrobras. Também atuou como Representante da Eletrobras no Conselho Fiscal do CEPEL até 2010. Foi Assistente da Diretoria de Projetos Especiais de maio de 2005 a outubro de 2008; Chefe do Departamento de Sistemas Isolados de 2003 a 2005; Chefe do Departamento de Estudos Energéticos de 2000 a 2003; e Chefe da Divisão de Estudos Energéticos de 1998 a 2000.

Pedro Paulo da Cunha – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Pós-Graduação em Especialização para Executivos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, MBA em Energia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e atualmente cursa Mestrado em Gestão Empresarial na FGV. Exerce a função de Membro Titular do Conselho Fiscal da Chesf, assim como é Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento da Eletrobras, onde tem como atividades: Coordenar a elaboração e acompanhamento do orçamento do Sistema Eletrobras; é responsável pela negociação do orçamento do Sistema Eletrobras junto ao Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional; é responsável pela projeção e monitoramento do Fluxo de Caixa do Sistema Eletrobras, de médio e longo prazo; e coordenar a implantação do Plano de Negócios e Orçamento Empresarial da Eletrobras e de suas empresas. É Membro do Conselho Fiscal da Ceron desde 2005; Membro do Conselho Fiscal da Celpa desde 2005; e Membro do Conselho de Administração da Eletros desde 2007. Foi Membro Suplente do Conselho Fiscal da Chesf de 2005 a 2008; Conselheiro Fiscal da Eletros de 2004 a 2005; Conselheiro Fiscal da Manaus Energia de 2003 a 2005; Membro do Conselho Fiscal da Ceam de 2002 a 2005; e Membro do Conselho Fiscal da CGTEE de 2000 a 2002.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não há condenação criminal para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais ou administrativa para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (itens a, b, c e d)

Não aplicável.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (itens a, b e c)

Não aplicável.



Item IV - Eleição de membros do Conselho de Administração

A eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ocorrerá no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29/04/2014.

São indicados para composição do Conselho de Administração: Armando Casado de Araújo, Marcos Aurélio Madureira da Silva, Marcelo Bruto da Costa Correia, Altino Ventura Filho, José Hollanda Cavalcanti Júnior, Virgínia Parente de Barros.

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2014.

12.6. Informações pessoais dos membros do Conselho de Administração:

Conselho de Administração – Membros Titulares

Nome	Armando Casado de Araujo
Idade	58 anos (05/05/1955)
Profissão	Administrador de Empresas
CPF ou passaporte	671.085.208-34
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de Abril de 2014
Data da posse	29 de Abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Altino Ventura Filho
Idade	71 anos (20/11/1942)
Profissão	Engenheiro Elétrico
CPF ou passaporte	002.089.224-15
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de Abril de 2014
Data da posse	29 de Abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	José Hollanda Cavalcanti Júnior
Idade	52 anos (08/12/1961)
Profissão	Engenheiro Eletricista
CPF ou passaporte	352.836.294-49
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de abril de 2014
Data da posse	29 de abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	



Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não
--	-----

Nome	Marcelo Bruto da Costa Correia
Idade	32 anos
Profissão	Administrador e Advogado
CPF ou passaporte	039.706.014-95
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de Abril de 2014
Data da posse	29 de Abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Virgínia Parente de Barros
Idade	53 anos (11/05/1960)
Profissão	Economista
CPF ou passaporte	289.703.221-91
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de Abril de 2014
Data da posse	29 de Abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Marcos Aurélio Madureira da Silva
Idade	61 anos (25/02/1953)
Profissão	Engenheiro Eletricista
CPF ou passaporte	154.695.816-91
Cargo eletivo a ocupar	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	29 de Abril de 2014
Data da posse	29 de Abril de 2014
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor-Presidente
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração:

a) Currículo:



Armando Casado de Araujo - Membro do Conselho de Administração

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais de Brasília, possui diversos cursos de Especialização na área Financeira e tem mais de 30 anos de experiência no setor elétrico nacional. Trabalha na Eletrobras desde junho de 2008 onde atualmente é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e já exerceu a função de Assistente e Substituto do Diretor Financeiro. Também atua como presidente do Conselho de Administração da Chesf. Foi representante da Eletrobras Eletronorte atuando como Presidente da Companhia Integração Transmissão de Energia S.A. entre 2006 e 2007. Foi funcionário da subsidiária Eletrobras Eletronorte, em 1977, onde exerceu as funções de Superintendente de Orçamento, Superintendente Financeiro e Assistente do Diretor Financeiro.

Altino Ventura Filho - Membro do Conselho de Administração

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com Pós-Graduação em Energia Nuclear pela Universidade de São Paulo - USP; Especialização em Administração pela UFPE; Especialização em Hidreletricidade pela "NEWJEC - The New Japan Engineering Consultants" - Osaka - Japão; Pós-Graduação em Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; e Especialização em Planejamento Energético pelo "Institut National des Sciences et Techniques de Saclay" - Paris - França. É Membro do Conselho de Administração da Chesf desde abril de 2008; e no Ministério de Minas e Energia é Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético desde março de 2008. É Consultor do Projeto "ESTAL-Energy Sector Technical e Loan" do Banco Mundial e do CEPEL. Atuou como Membro do Conselho de Energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Na Eletrobrás atuou como Presidente em 2002, Membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, Assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia e Secretário Executivo do Comitê Nacional de Planejamento, Coordenador Técnico Internacional do Subcomitê de Planejamento de Sistemas Elétricos da CIER, Chefe do Departamento de Estudos Energéticos, com atribuições de desenvolver e coordenar os estudos de planejamento da geração de energia elétrica em todo país, Chefe do Departamento de Geração e Chefe da Divisão de Planejamento da Geração. Na Itaipu Binacional atuou como Membro do Conselho de Administração, Diretor Técnico Executivo, responsável pelas áreas de operação, manutenção, engenharia e obra, acumulando a Presidência da Empresa, em 1998. Foi Membro dos Conselhos de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, da Companhia Energética do Piauí - Cepisa e da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro- CERJ.

Marcelo Bruto da Costa Correia - Membro do Conselho de Administração

Graduado em Direito e Administração pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Mestre e Doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas/SP - FGV/SP. É Servidor da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde 2009, com atuação na Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil. Atua também na Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão desde 2011. É diretor do Programa de Rodovias e Ferrovias desta Secretaria desde maio de 2012. Eleito Membro do Conselho de Administração pela 65ª AGO realizada em 29/04/2013.

José Hollanda Cavalcanti Júnior - Membro do Conselho de Administração

Graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica de Pernambuco (UPE) e em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ingressou na Chesf como Engenheiro Eletricista em 1987, exercendo esta função até hoje, atuando nas áreas de Manutenção (Subestações e Linhas de Transmissão) e na Operação.

Virgínia Parente de Barros - Membro do Conselho de Administração

Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Doutora em Finanças e Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Pós-Doutora em Energia com foco em regulação pela Universidade de São Paulo - USP. É presidente do Comitê Estratégico de Energia da Câmara de Comércio Brasil-EUA (AMCHAM) e membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (SBPE), que reúne várias universidades e centros de pesquisa em energia. É membro do



Conselho de Administração da Chesf desde 19/06/2012. Experiência de mais de 12 anos como executiva no setor financeiro, atuando em bancos de investimento nacionais e internacionais, como Chemical Bank (atual JP Morgan Chase), BankBoston e Banco Votorantim, entre outros. Nos últimos anos, como professora concursada da USP, vem atuando em ensino, pesquisa e extensão, incluindo atividades de consultoria nas áreas de Finanças, Economia, Administração Pública e Regulação aplicadas a questões de energia, meio ambiente e política e segurança energéticas. Não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas além da Eletrobras.

Marcos Aurélio Madureira da Silva - Membro do Conselho de Administração

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-graduação em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral e MBA em Administração de Negócios pelo Ibmec. É membro do Conselho de Administração e exerce a função de Diretor-Presidente da Chesf, desde outubro de 2013. Trabalhou por 27 anos na Cemig, onde exerceu diversos cargos de supervisão, ocupando, em 1998, a Diretoria de Distribuição da empresa. Trabalhou ainda, por dez anos, no grupo Energisa, onde exerceu mandato em diversas diretorias, atuando, até abril de 2011, como Diretor de Operação e Comercial da Energisa Soluções. Marcos Aurélio Madureira foi também membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), entre 1999 e 2000. Exerceu o cargo de Diretor de Distribuição da Eletrobras e de Diretor-Presidente das Empresas de Distribuição da Eletrobras, de abril de 2012 a outubro de 2013.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não há condenação criminal para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais ou administrativa para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (itens a, b, c e d)

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou de parentesco até o segundo grau, dos administradores da Companhia, entre si, e com os administradores ou controladores das sociedades controladas ou controladoras, direta ou indireta, da Companhia.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possui relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em sociedade controlada direta ou indiretamente.



b) controlador direto ou indireto do emissor

Nome do Administrador	Armando Casado de Araujo
Cargo/Função do Administrador	Presidente do Conselho de Administração
Nome empresarial da pessoa relacionada	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
Tipo de pessoa	Pessoa Jurídica
CNPJ	00.001.180/0001-26
Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto

Nome do Administrador	Altino Ventura Filho
Cargo/Função do Administrador	Membro do Conselho de Administração
Nome empresarial da pessoa relacionada	União Federal
Tipo de pessoa	Pessoa Jurídica
CNPJ	00.394.460/0001-41
Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Indireto

Nome do Administrador	Virgínia Parente de Barros
Cargo/Função do Administrador	Membro do Conselho de Administração
Nome empresarial da pessoa relacionada	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
Tipo de pessoa	Pessoa Jurídica
CNPJ	00.001.180/0001-26
Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Membro do Conselho de Administração
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto

Nome do Administrador	Marcelo Bruto da Costa Correia
Cargo/Função do Administrador	Membro do Conselho de Administração
Nome empresarial da pessoa relacionada	União Federal
Tipo de pessoa	Pessoa Jurídica
CNPJ	00.394.460/0001-41
Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Diretor do Programa de Rodovias e Ferrovias da SEPAC do MPOG
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Indireto



c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possui relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Item V - Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos administradores da companhia

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos proposta de remuneração anual global para os membros do Conselho Fiscal e administradores da Companhia no valor de R\$ 5.928.443,61, incluindo encargos, e as informações do item 13 do Formulário de Referência, objeto do Anexo I.

Recife, 26 de março de 2014

A Administração

Informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência, em cumprimento ao art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da política e práticas visam remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos diretores e conselheiros da Companhia segue um processo já estabelecido em que o montante é aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano de referência e março do ano subsequente.

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias; auxílio alimentação; despesas médicas e seguro de vida em grupo, bem como seguro funeral; ajuda de custo de transferência; auxílio refeição; participação nos lucros ou resultados e auxílio moradia.

A remuneração dos diretores compreende: (i) honorários mensais; (ii) 13º salário; (iii) gratificação de férias; (iv) abono pecuniário de férias; (v) auxílio alimentação; (vi) auxílio moradia; (vii) ajuda de custo de transferência; (viii) cobertura parcial de despesas médicas; (ix) seguro de vida em grupo; (x) seguro ou auxílio funeral; (xi) fundo de pensão; e (xii) Participação nos Lucros ou Resultados, facultando ao dirigente optar pela retribuição paga na sua empresa de origem, na hipótese desta ser superior ao valor nominal do honorário praticado. Não devem ser considerados para estes fins outros aumentos, tais como mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração do empregado paradigma.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Não existe proporção padrão.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração é anual, com componentes fixos e variáveis, encaminhado pela Controladora, a Eletrobras, sob a forma de sugestão de voto para deliberação da AGO.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A forma de remuneração é definida considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não praticado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não praticado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos Diretores e Conselheiros da Companhia busca promover o reconhecimento e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos. Conforme mencionado no item 13.1b alínea “i”, a política de remuneração baseia-se em componentes fixos e variáveis, visa o incentivo da melhoria da gestão da companhia e permanência de seus executivos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não praticado.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não praticado.

13.2. Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal

Órgão	2014*			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual:				
• Honorários, Salário ou pró-labore	303.171,46	2.919.399,82	151.585,73	3.374.157,01
• Benefícios diretos e indiretos	-	1.007.260,11	-	1.007.260,11
• Participações em comitês	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
• Bônus	-	-	-	-
• Participação de resultados	-	354.569,52	-	354.569,52
• Participação em reuniões	-	-	-	-
• Comissões	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	303.171,46	4.281.229,45	151.585,73	4.735.986,64

* Os valores de 2014 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO, sendo que os valores de janeiro a março de 2014 estão baseados na aprovação realizada na AGO/2013, para o período de abril de 2013 a março de 2014, e os valores de abril a dezembro de 2014, baseados na proposta submetida a AGO/2014. Os valores acima apresentados não incluem encargos.

Órgão	2013			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	4,83	3,08	13,91
Remuneração fixa anual:				
• Honorários, Salário ou pró-labore	284.526,94	2.588.902,43	146.262,24	3.019.691,61
• Benefícios diretos e indiretos	-	549.437,32	-	549.437,32
• Participações em comitês	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
• Bônus	-	-	-	-
• Participação de resultados	-	305.268,62	-	305.268,62
• Participação em reuniões	-	-	-	-
• Comissões	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	284.526,94	3.443.608,37	146.262,24	3.874.397,55

Órgão	2012			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,67	5,00	3,08	13,75
Remuneração fixa anual:				
• Honorários, Salário ou pró-labore	247.346,68	2.569.432,12	136.721,36	2.953.500,16
• Benefícios diretos e indiretos	-	456.275,98	-	456.275,98
• Participações em comitês	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
• Bônus	-	-	-	-
• Participação de resultados	-	257.369,01	-	257.369,01
• Participação em reuniões	-	-	-	-
• Comissões	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	247.346,68	3.283.077,11	136.721,36	3.667.145,15

Órgão	2011			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,75	5,08	3,17	13,00
Remuneração fixa anual:				
• Honorários, Salário ou pró-labore	193.134,34	2.583.800,33	132.773,28	2.909.707,95
• Benefícios diretos e indiretos	-	327.196,01	-	327.196,01
• Participações em comitês	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
• Bônus	-	-	-	-
• Participação de resultados	-	323.676,56	-	323.676,56
• Participação em reuniões	-	-	-	-
• Comissões	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	193.134,34	3.234.672,90	132.773,28	3.560.580,52

13.3. Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal

Órgão	2014*			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Em relação ao bônus:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	335.544,17	-	335.544,17
Total da remuneração	-	335.544,17	-	335.544,17

* Os valores de 2014 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

Órgão	2013			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	4,83	3,08	13,91
Em relação ao bônus:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	305.268,62	-	305.268,62
Total da remuneração	-	305.268,62	-	305.268,62

Órgão	2012			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,67	5,00	3,08	13,75
Em relação ao bônus:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	257.369,01	-	257.369,01
Total da remuneração	-	257.369,01	-	257.369,01

Órgão	2011			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4,75	5,08	3,17	13,00
Em relação ao bônus:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
• Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
• Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	323.676,56	-	323.676,56
Total da remuneração	-	323.676,56	-	323.676,56

Este item não se aplica à remuneração dos conselheiros de Administração e Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Relativamente à remuneração variável da diretoria estatutária, esta é composta unicamente pela participação nos lucros ou resultados, uma vez que a Companhia não distribui bônus. A Companhia esclarece que não há um valor mínimo ou máximo pré-determinado para pagamento de participação nos lucros ou resultados aos membros da diretoria estatutária.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.5. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Título	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Ações Preferenciais (PN)	0	6	0

13.6. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.



13.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável em razão do disposto no item 13.6.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável em razão do disposto no item 13.6.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável em razão do disposto no item 13.6.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia assegura fundo de pensão somente para os membros da sua Diretoria, não abrangendo os membros do Conselho de Administração, por meio dos seguintes planos:

- Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf
- Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência - Faceal
- Brasilprev
- Fundação Eletrobras de Seguridade Social – Eletros

		Diretoria			
		Fachesf	Faceal	Brasilprev	Eletros
2013	Nº de Membros *	2	1	3	1
	Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	3	0
	Condições de se aposentar antecipadamente.	2	0	2	1
	Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 5.246.679,09	R\$ 204.025,77	R\$ 453.568,66	R\$ 22.068,65
	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 176.940,06	R\$ 65.643,50	R\$ 122.532,56	R\$ 22.068,65
	Possibilidade de resgate antecipado e condições	2	0	2	1

2012	Nº de Membros *	2	1	2	-
	Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	2	-
	Condições de se aposentar antecipadamente.	2	0	2	-
	Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 3.978.582,97	R\$ 138.382,27	R\$ 331.036,10	-
	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 168.220,67	R\$ 56.713,32	R\$ 120.160,76	-
	Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	-	-	-
2011	Nº de Membros *	2	1	3	-
	Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	3	-
	Condições de se aposentar antecipadamente.	2	0	3	-
	Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 3.303.848,20	R\$ 81.668,95	R\$ 210.875,34	-
	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 134.622,67	R\$ 54.474,03	R\$ 112.985,94	-
	Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	-	-	-

* Um dos membros da diretoria da Companhia é requisitado da Eletrobras Distribuição Alagoas, portanto o mesmo possui 2 planos de previdência privada, um junto a Faceal correspondente a sua remuneração na empresa de origem e outro com a Brasilprev correspondente a sua remuneração complementar da Companhia.

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para resgate antecipado. Os dois diretores com plano de previdência complementar da Fachesf possuem a possibilidade de resgate da totalidade das contribuições efetuadas como participantes e 90% da parte paga pela Companhia.

O Diretor-Presidente da Companhia tomou posse do cargo em outubro de 2013 e possui o Plano de Previdência da Fundação Eletrobras de Seguridade Social - Eletros. As contribuições referente aos meses de outubro a dezembro e 13º salário e foram efetuadas na proporção de 50% pelo participante e 50% pela Eletros.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Período		Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2013	Número de Membros	4,83	6,00	3,08
	valor da maior remuneração individual	R\$ 791.124,96	R\$ 47.407,76	R\$ 47.407,76
	valor da menor remuneração individual	R\$ 167.485,44	R\$ 2.345,20	R\$ 4.038,96
	valor médio de remuneração individual	R\$ 712.962,40	R\$ 47.421,16	R\$ 47.487,74
2012	Número de Membros	5,00	5,67	3,08
	valor da maior remuneração individual	R\$ 813.288,99	R\$ 44.865,53	R\$ 44.865,53
	valor da menor remuneração individual	R\$ 523.823,46	R\$ 3.513,35	R\$ 3.290,70
	valor médio de remuneração individual	R\$ 656.615,42	R\$ 43.623,75	R\$ 44.390,05
2011	Número de Membros	5,08	4,75	3,17
	valor da maior remuneração individual	R\$ 754.370,00	R\$ 42.193,98	R\$ 42.193,98
	valor da menor remuneração individual	R\$ 509.044,48	R\$ 42.193,98	R\$ 42.193,98
	valor médio de remuneração individual	R\$ 636.746,63	R\$ 40.659,86	R\$ 41.884,32

Obs. 1: Nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, o valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual em face de ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.

Obs. 2: Quadros de composição dos órgãos

Diretoria – 2013

Mês	Nº Membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	4
Dezembro	4
Total	58

Nº de membros: $58/12 = 4,83$

Conselho de Adm.-2013

Mês	Nº Membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	72

Nº de membros: $72/12 = 6,00$

Conselho Fiscal -2013

Mês	Nº Membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	4
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	37

Nº de membros: $37/12 = 3,08$

Diretoria – 2012

Mês	Nº Membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maiο	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	60

Nº de membros: $60/12 = 5$

Conselho de Adm.-2012

Mês	Nº Membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maiο	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	68

Nº de membros: $68/12 = 5,67$

Conselho Fiscal -2012

Mês	Nº Membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	4
Abril	3
Maiο	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	37

Nº de membros: $37/12 = 3,08$

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Na remuneração total detida pelos administradores e membros do conselho fiscal nenhum percentual se refere a partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos próprios itens.



COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Em conformidade com o CPC 19(R2), a Companhia, não mais apresenta Demonstrações Financeiras Consolidadas, para refletir seu investimento em empresas de controle compartilhado, sendo este refletido, a partir do exercício de 2013, tão somente, por meio do método de equivalência patrimonial.

Para efeito de comparabilidade, os comentários a seguir, foram feitos considerando para os três últimos exercícios as Demonstrações Financeiras não consolidadas.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Companhia, seus recursos de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender às atuais exigências, como também as necessidades de recursos de suas atividades.

A Companhia possui uma capacidade de alavancagem que garante seus investimentos e pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é obtido pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 estão a seguir sumarizados:

	R\$ mil		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Financiamentos, empréstimos e debêntures	852.011	469.104	791.848
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	841.111	94.745	268.638
Dívida líquida	10.900	374.359	523.210
(+) Total do patrimônio líquido	11.305.915	11.671.459	16.818.638
Total do capital	11.316.815	12.045.818	17.341.848
Índice de alavancagem financeira	0,1%	3,1%	3,0%

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre capital total, apresenta bom nível de alavancagem. O índice de endividamento (razão entre dívida líquida e capital total) atingiu 0,1% em 31/12/2013.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos, e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos



apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

b. Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital decorre da escolha feita pela Companhia entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para o financiamento de suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio.

Em 31 de dezembro de 2013 sua dívida bruta totalizou R\$ 852,0 milhões, 81,6% maior que os R\$ 469,1 milhões em 2012, dos quais 7,1% (R\$ 60,2 milhões) eram de curto prazo e 92,9% (R\$ 791,8 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é e em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2013 o saldo de R\$ 10,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012 sua dívida bruta totalizou R\$ 469,1 milhões, 40,8% menor que os R\$ 791,8 milhões em 2011, dos quais 15,1% (R\$ 71,0 milhões) eram de curto prazo e 84,9% (R\$ 398,1 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2012 o saldo de R\$ 374,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011 sua dívida bruta totalizou R\$ 791,8 milhões, 14,2% maior que os R\$ 693,2 milhões em 2010, dos quais 41,6% (R\$ 329,7 milhões) eram de curto prazo e 58,4% (R\$ 462,1 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é e em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2011 o saldo de R\$ 523,2 milhões.

	(R\$ milhões)				
	2013	2012	2011	Δ%	Δ%
				2013	2012
Dívida					
Curto prazo	60,2	71,0	329,7	-15,2	-78,5
Longo prazo	791,8	398,1	462,1	98,9	-13,8
Dívida Bruta Total	852,0	469,1	791,8	81,6	-40,8
(-) Caixa e equivalentes de caixa	841,1	94,7	268,6	788,2	-64,7
Dívida Líquida	10,9	374,4	523,2	-97,1	-28,4

i.) Hipóteses de Resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia.

ii.) Fórmula de Cálculo do valor de resgate

Vide item acima.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2013, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, reversão impairment, provisões para perda na realização de investimentos, provisões para PIDV e contrato oneroso, foi de R\$ -356,4 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 61,3 milhões e a dívida bruta total estava em R\$ 852,0 milhões.



Em 2012, a geração de caixa operacional foi de R\$ 3.277,2 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 151,8 milhões e a dívida bruta total estava em R\$ 469,1 milhões. O nível de cobertura da despesa financeira pelo EBITDA foi de 21,6 vezes e o da dívida bruta de 7,0 vezes.

Em 2011, a geração de caixa operacional somou R\$ 2.646,7 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 268,7 milhões e a dívida bruta total estava em R\$ 791,8 milhões. Dessa forma, o nível de cobertura da despesa financeira foi de 9,8 vezes, e o nível de cobertura da dívida foi de 3,3 vezes.

Mantidas as atuais condições econômicas, a expectativa de geração de caixa operacional, bem como, os recursos decorrentes da parcela indenizada por ocasião da renovação das concessões, será suficiente para honrar os compromissos financeiros assumidos.

Maiores detalhes sobre o perfil da dívida, vide alínea (f) deste item 10.1.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para o exercício de 2014 serão compostas por: recursos existentes decorrentes das indenizações; geração de caixa nas suas operações; e por financiamentos contratados e a contratar.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Considerando a situação econômico-financeira decorrente da prorrogação das concessões, os recursos decorrentes das indenizações por ocasião dessa renovação, em conjunto com a expectativa de geração de caixa operacional da Companhia, serão suficientes para cumprir suas obrigações de capital de giro e passivo circulante e não se espera deficiência de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A composição do endividamento total da empresa está demonstrada a seguir:

Endividamento Total			
(R\$ mil)			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	444.526	321.729	370.788
Folha de pagamento	109.302	16.228	14.362
Tributos e contribuições sociais	87.562	115.895	220.996
Financiamentos e empréstimos	60.192	71.017	329.699
Outras provisões operacionais	109.722	106.461	102.451
Remuneração aos acionistas	34	41	299.328
Obrigações estimadas	102.167	134.787	126.443
Incentivo ao desligamento - PDVP	166.189	-	-
Benefícios pós-emprego	121.025	2.523	109.063
Encargos setoriais	155.935	201.408	162.554
Outros	29.853	51.561	62.955
	1.386.507	1.021.650	1.798.639
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos e contribuições sociais	80.617	67.797	81.113
Financiamentos e empréstimos	791.819	398.087	462.149
Benefícios pós-emprego	489.283	705.788	272.497
Encargos setoriais	235.348	151.718	167.190
Provisões para contingências	1.404.872	1.388.685	923.549
Provisão contrato oneroso	1.434.251	2.303.556	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.293.000
Outros	5.641	5.515	5.382
	4.441.831	5.021.146	3.204.880
CAPITAL DE TERCEIROS	5.828.338	6.042.796	5.003.519

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

a) Composição

	R\$ mil						
	31/12/2013			31/12/2012	31/12/2011		
	Circulante		Total	Não Circulante		Total	Total
	Principal	Encargos		Principal			
Eletrobras	12.745	-	12.745	42.368	55.113	128.673	143.020
Banco do Brasil	-	1.918	1.918	500.000	501.918	-	257.527
Banco do Nordeste	45.473	56	45.529	249.451	294.980	340.431	391.301
Total	58.218	1.974	60.192	791.819	852.011	469.104	791.848

Do total dos empréstimos obtidos junto a nossa Controladora, para o montante de R\$ 44,4 milhões a Companhia vinculou a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura dos contratos. E para o montante de R\$ 10,7 milhões a Companhia ofereceu Seguro Garantia no valor correspondente a 125% do saldo devedor, previsto para o exercício, renovado anualmente, cujo recebimento pela Eletrobras fica condicionado aos efeitos de cada contrato, nas condições e até o limite de valor especificado na Apólice de Seguro.



Os empréstimos junto ao Banco do Nordeste estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização.

O empréstimo junto ao Banco do Brasil destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações a cobertura financeira dos custos diretos das obras do seu sistema de transmissão.

Não existe grau de subordinação entre as dívidas mantidas pela Companhia, nem possui restrições ou impedimentos nos contratos de financiamentos, especialmente, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

b) Composição dos financiamentos e empréstimos por tipo de moeda e indexador:

	R\$ mil					
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2011	
	RS	%	RS	%	RS	%
Sem Indexador	851.582	99,95%	468.608	99,89%	791.312	99,93%
IPCA	429	0,05%	496	0,11%	536	0,07%
Total	852.011	100,00%	469.104	100,00%	791.848	100,00%
Principal	850.037	99,77%	468.326	99,83%	781.980	98,75%
Encargos	1.974	0,23%	778	0,17%	9.868	1,25%
Total	852.011	100,00%	469.104	100,00%	791.848	100,00%

A maior parte dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf não é indexada, tendo apenas, remunerações médias, as quais descrevemos abaixo:

- Saldo de R\$ 54.684 (R\$ 128.178, em 31/12/2012) contratado com a Eletrobras, proveniente de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para reinvestimento nele próprio. Deste total, R\$ 43.954 (80,38%) estão contratados com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., e R\$ 10.730 (19,62%), com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., respectivamente. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei;
- Saldo de R\$ 280.943 (R\$ 324.165, em 31/12/2012) contratado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 10% a.a., e bônus de 2,5% por pontualidade;
- Saldo de R\$ 14.037 (R\$ 16.266, em 31/12/2012) contratado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 4,5% a.a.;
- Saldo de R\$ 501.918 contratado com o Banco do Brasil S.A., com juros de 9,77% a.a. (115% da taxa média do CDI);

A Chesf possui contrato com a Eletrobras indexado pelo IPCA, com saldo de R\$ 429 em 31/12/2013 (R\$ 496, em 31/12/2012), com taxa de juros de 7,2% a.a.- a variação do IPCA no período foi de 5,9% (5,8% no mesmo período do ano anterior).

- c) O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 791.819 mil (R\$ 398.087 mil, em 2012, e R\$ 462.149 mil, em 2011), tem seus vencimentos assim programados:

	R\$ mil		
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	-	-	67.485
2014	-	68.335	67.485
2015	183.135	68.248	67.398
2016	183.020	68.137	67.288
2017	180.606	65.723	65.171
2018	177.498	60.084	45.473
2019	45.473	45.473	45.473
Após 2019	22.087	22.087	36.376
Total	<u>791.819</u>	<u>398.087</u>	<u>462.149</u>

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Vide item 10.2.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Ao longo dos seus 65 anos, a Chesf mantém uma trajetória de consistente evolução, marcada tanto pelo seu forte desempenho operacional como pelo seu resultado econômico-financeiro.

A Companhia gera suas receitas a partir das atividades de Geração e de Transmissão de energia elétrica. Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram os seguintes:

No Ano de 2013, a Companhia obteve um prejuízo de R\$ 466,1 milhões, contra um prejuízo de R\$ 5.341,3 milhões de 2012. Este prejuízo foi decorrente, principalmente, da variação negativa 44,7% na receita de fornecimento/suprimento de energia elétrica, causada pela redução no preço da energia em razão da renovação antecipada das concessões e do aumento de 19,0% dos custos e despesas operacionais, decorrentes principalmente do aumento nos gastos com pessoal da ordem de 78,5% em relação ao ano anterior, em função do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV.

No Ano de 2012, a Companhia obteve um prejuízo de R\$ 5.341,3 milhões, comparado ao lucro líquido de R\$ 1.554,1 milhões de 2011. Em contraste com esse prejuízo, a Companhia obteve a maior receita operacional bruta de sua história no montante de R\$ 7.001,4 milhões de reais,



representando um crescimento de 16,1% em relação ao ano de 2011, enquanto que os encargos regulatórios e tributos cresceram em 10,1% e os custos e despesas operacionais em 32,6%. Considerando apenas esses números, é possível observar que esse resultado negativo não ocorreu devido a um desempenho operacional insatisfatório.

O fator decisivo para a ocorrência desse resultado ocorreu a partir da edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, que estabeleceu as regras para a renovação antecipada das concessões do setor elétrico vincendas em 2015 e 2017, com o objetivo de reduzir as tarifas de energia elétrica a partir de janeiro de 2013.

Uma das regras estabeleceu que os ativos ainda não amortizados, seriam indenizados a preço de reposição. A utilização desse critério de indenização resultou na baixa de uma parcela significativa dos ativos como perda para o resultado. O efeito negativo no resultado da Companhia decorrente dessa Medida Provisória foi de R\$ 8.245,2 milhões. Sem esse efeito, o resultado operacional da Companhia antes dos impostos, corresponderia à R\$ 1.795,9 milhões de lucro.

No ano de 2011, obteve um lucro líquido de R\$ 1.554,1 milhões, o segundo melhor resultado da sua história, apesar de representar uma redução de 28,6%, quando comparado aos R\$ 2.177,2 milhões de 2010. Esta redução ocorreu, principalmente, pelo aumento de 92,7 % da provisão para contingências em 2011; e pelo resultado financeiro negativo de R\$ 11,5 milhões em 2011, contra um resultado financeiro positivo de R\$ 259,7 milhões em 2010.

Nos anos de 2012 e 2013, o que contribuiu significativamente para a melhoria do resultado financeiro da Companhia foi a atualização dos valores a receber referente às indenizações dos ativos objeto da renovação antecipada das concessões, R\$ 203,2 milhões e R\$ 342,7 milhões, em 2012 e 2013, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

(R\$ milhões)			
Receitas (despesas) financeiras	2013	2012	2011
Renda de aplicações financeiras	16,8	114,5	133,2
Renda de refinanciamentos concedidos a clientes	56,8	65,6	87,0
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(40,2)	(40,3)	(65,4)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(0,6)	(0,6)	(0,9)
Juros sobre remuneração aos acionistas	-	(70,1)	(179,1)
Atualização de valores a receber	342,7	203,2	-
Outras receitas (despesas) financeiras	40,7	(56,0)	13,7
(=) Resultado financeiro líquido	416,2	216,3	(11,5)

A **receita operacional bruta** da Chesf, em 2013, atingiu o montante de R\$ 4.787,4 milhões, representando uma redução de 31,6% em relação aos R\$ 7.001,4 milhões de 2012. Tal resultado foi decorrente das seguintes variações: receitas de fornecimento/suprimento de energia elétrica (-44,7%); receita com operação e manutenção do sistema de transmissão (+6,3%); receita de construção (+55,7%); na comercialização de energia no mercado de curto prazo (+6,8). A variação negativa nas receitas de fornecimento/suprimento, principal componente da receita, foi decorrente da redução do preço da energia em razão da renovação antecipada das concessões. No período 2009 a 2013, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -2,3%.

Os **tributos e encargos regulatórios sobre vendas** totalizaram R\$ 689,0 milhões no ano de 2013 (-31,5% em relação a 2012). Deste total, R\$ 410,8 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (-33,2% em relação a 2012) e R\$ 278,1 milhões a encargos regulatórios (-28,7% em relação ao ano anterior). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) no período 2009 a 2013 foi de -2,5%.



A **receita operacional líquida**, que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou diminuição de -31,6% (-R\$ 1.897,5 milhões) em relação ao ano de 2012, atingindo R\$ 4.098,5 milhões em 2013. De 2009 a 2013, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -2,3%.

Os **custos e despesas operacionais** somaram R\$ 5.309,0 milhões em 2013, +19,0% em relação ao ano anterior. Este aumento reflete, principalmente, as seguintes variações: +78,5% na rubrica pessoal, em razão do PIDV; +55,7% nos custos de construção; aumento de R\$ 663,3 milhões em energia elétrica comprada para revenda em relação a 2012; aumento de R\$ 727,9 milhões em combustível para a produção de energia em relação a 2012. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +13,4%, no período 2009 a 2013.

Como efeito dos fatos anteriormente mencionados, o **resultado do serviço (EBIT)**, no valor de R\$ -1.210,5 milhões apresentou uma redução de 179,0 % em relação ao montante de R\$ 1.533,1 milhões obtido em 2012. Com este resultado, a margem do serviço (resultado do serviço/receita operacional líquida), passou de 25,6% em 2012, para -29,5% em 2013, uma variação de 55,1 pontos percentuais.

No ano de 2013, os **investimentos** para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf, de acordo com a realização orçamentária, totalizaram R\$ 1.364,9 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 324,0 milhões em geração de energia; R\$ 842,6 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 99,0 milhões no reassentamento de Itaparica; e R\$ 99,3 milhões em infraestrutura. No período 2009 a 2013, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 16,8%.

A **geração operacional de caixa**, expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, reversão de impairment, provisão para perda na realização de investimentos, provisão para Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV e contrato oneroso foi de R\$ -356,4 milhões. A margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida) é de -8,7%, ante a 54,7% obtida em 2012, representando uma variação de 63,4 pontos percentuais.

O **valor econômico gerado** pela Companhia em 2013 foi de R\$ 1.493,1 milhões, contra R\$ 4.124,7 milhões negativos gerados em 2012, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (94,8%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (31,2%); juros aos financiadores (5,2%); e compensação de prejuízos pelos acionistas (-31,2%).

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nem há expectativa de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE, em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica. As participações nesses novos investimentos somaram os montantes de R\$ 596,6 milhões, R\$ 817,5 milhões e R\$ 938,6 milhões em 2011, 2012 e 2013, respectivamente.



Sociedade de Propósito Específico	Participação (%)	Data de Constituição
STN - Sistema de Transmissão do Nordeste	49,00%	27/10/2003
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	20/12/2005
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	03/04/2007
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	22/04/2008
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	18/12/2008
Manaus Construtora Ltda	19,50%	30/01/2009
ESBR Participações Ltda	20,00%	12/02/2009
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	12/01/2010
Norte Energia S.A.	15,00%	21/07/2010
Pedra Branca S.A.	49,00%	07/10/2010
São Pedro do Lago S.A.	49,00%	07/10/2010
Sete Gameleiras S.A.	49,00%	07/10/2010
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,00%	07/07/2011
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	22/09/2011
Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	49,00%	14/03/2012
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	49,00%	15/03/2012
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	49,00%	12/03/2012
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	49,00%	13/03/2012
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A	49,00%	14/11/2013
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A	49,00%	14/11/2013
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A	49,00%	14/11/2013
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A	49,00%	14/11/2013
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A	49,00%	14/11/2013
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A	49,00%	14/11/2013
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A	49,00%	14/11/2013
Baraúnas I Energética S.A	49,00%	18/11/2013
Mussambê Energética S.A	49,00%	18/11/2013
Morro Branco I Energética S.A	49,00%	18/11/2013
Acauã Energia S.A	49,00%	14/11/2013
Angical 2 Energia S.A	49,00%	14/11/2013
Arapapá Energia S.A	49,00%	14/11/2013
Caititu 2 Energia S.A	49,00%	14/11/2013
Caititu 3 Energia S.A	49,00%	14/11/2013
Carcará Energia S.A	49,00%	14/11/2013
Corrupião 3 Energia S.A	49,00%	14/11/2013
Teiú 2 Energia S.A	49,00%	14/11/2013



O saldo contábil dos investimentos em SPE ao término dos três últimos exercícios foram os seguintes:

	R\$ mil		
Participações societárias	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Energética Águas da Pedra S.A.	92.842	86.707	75.638
STN - Sistema de Transmissão do Nordeste	195.154	188.861	195.267
Integração Transmissora de Energia S.A.	38.152	35.646	31.692
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	371.044	274.366	179.878
ESBR Participações S.A.	1.376.070	939.825	554.408
Manaus Transmissora de Energia S.A.	207.038	187.758	122.268
Manaus Construtora Ltda	3.533	15.410	6.392
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49.829	45.183	15.235
Norte Energia S.A.	631.824	409.824	217.672
Pedra Branca S.A.	14.096	13.504	1.737
São Pedro do Lago S.A.	15.118	14.098	1.803
Sete Gameleiras S.A.	20.243	19.810	1.850
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A.	1.505	53	-
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	98.659	14.956	980
Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	5.193	106	-
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	5.285	111	-
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	5.280	114	-
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	3.399	67	-
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A	7.690	-	-
	3.188.094	2.246.399	1.404.820

c. eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em conformidade com o CPC 19(R2), a Companhia não mais apresenta Demonstrações Financeiras Consolidadas, para refletir seu investimento em empresas de controle compartilhado, sendo estes refletidos, a partir do exercício de 2013, tão somente, por meio do método de equivalência patrimonial. No que se refere a outros aspectos, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia. As Demonstrações Financeiras Individuais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 4 das suas Demonstrações Financeiras.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos da mudança na política contábil, de não consolidação das Demonstrações Financeiras de empresas em que tem controle compartilhado, sobre os períodos comparativos no balanço patrimonial e na demonstração de resultado, são apresentados na nota explicativa 4 das Demonstrações Financeiras.



c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, datado de 26 de março de 2014, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito na Nota 2.3, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia está na fase de elaboração do laudo de avaliação dos referidos ativos para entrega à ANEEL que terá 150 dias para se manifestar.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, a Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, estabeleceu que as empresas deveriam se manifestar sobre o interesse em receber a indenização até 31 de dezembro de 2013, e a partir da manifestação, estas possuem 180 dias para submeter à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados. A Companhia se manifestou dentro do prazo estabelecido pela ANEEL.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 2.3, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.



Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.”

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, datado de 26 de março de 2013, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito na Nota 2.3, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As concessionárias deverão submeter à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados. O prazo para envio destas informações será disposto pelo poder concedente.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, o Decreto nº 7.850/2012 em seu artigo 2º estipula que, até 31 de dezembro de 2013, devem ser submetidas à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 4.21, podendo sofrer



alterações até a homologação final dos mesmos.”

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, datado de 07 de março de 2012, não contém ressalvas e possui a seguinte ênfase:

“Conforme descrito na Nota 4.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

10.5. Políticas contábeis críticas

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseadas na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- **Provisões** - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados.
As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
- **Valor recuperável de ativos de longa duração** – A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.
- **Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público** - A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº



12.783/2013, em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do poder concedente relacionados a Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.

- **Obrigações atuariais** - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- **Vida útil dos bens do imobilizado** – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel no 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela resolução no 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013. Com base nesta avaliação, a Administração entende que, em 31 de dezembro de 2013, os controles internos da Companhia referentes à preparação das demonstrações financeiras são eficazes.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes PricewaterhouseCoopers não identificaram, durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

10.7. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2013, itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham ou possam vir a ter efeito relevante.

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens que não estejam contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Plano de negócios:

a) Investimentos:



i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, no exercício de 2013, teve seu Orçamento de Investimento aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 12.798, de 04/04/2013. A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos realizados no exercício:

Descrição	R\$ mil
	Realização 2013
INFRAESTRUTURA	99.328
Manutenção de bens imóveis	15.019
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	18.823
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	38.249
Aquisição edifício sede da empresa	23.854
GERAÇÃO	323.996
Manutenção sistema de geração de energia	83.478
Ciclo combinado da UTE Camaçari	76
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	240.440
Central fotovoltaica em Petrolina	2
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	98.988
TRANSMISSÃO	842.537
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	424.821
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	245.554
Manutenção do sistema da transmissão	165.919
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	6.243
TOTAL GERAL	1.364.849

A Companhia possui previsão em seu Orçamento de Investimento para o exercício de 2014, aprovado pela Lei Orçamentária Anual - LOA nº 12.952, de 20/01/2014, o valor total de R\$ 1.840.606 mil, com as seguintes aplicações:

Descrição	R\$ mil
	Dotação Orçamentária 2014
INFRAESTRUTURA	162.180
Manutenção de bens imóveis	32.771
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	41.184
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	88.225
GERAÇÃO	284.526
Manutenção sistema de geração de energia	151.590
Ciclo combinado da UTE Camaçari	1.085
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	86.357
Implantação de Parques Eólicos Futuros	42.267
Implantação de parque solar em Petrolina	1.602
Ampliação da capacidade de geração da UHE Itaparica	625
Ampliação do sistema de geração de energia (UHE Ribeiro Gonçalves)	1.000
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	140.197
TRANSMISSÃO	1.253.703
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	629.145
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	433.056
Manutenção do sistema da transmissão	190.502
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	1.000
TOTAL GERAL	1.840.606



A prospecção de novos negócios é parte da estratégia da Chesf de expandir seus sistemas de Geração e Transmissão.

No ano de 2013, a Companhia participou e obteve sucesso em diversos leilões de novos empreendimentos, promovidos pela Aneel, relacionados a seguir:

Empreendimentos Corporativos:

No Leilão de Energia Aneel nº 10/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 2 parques eólicos com 52 MW, situados no Estado da Bahia, sendo eles:

- Casa Nova II
- Casa Nova III

Empreendimentos em Sociedade:

No Leilão de Energia Aneel nº 06/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia da Usina Hidrelétrica Sinop, a ser construída no rio Teles Pires em Mato Grosso, num total de 400 MW, cuja participação da Chesf é de 24,5%.

No Leilão de Energia Aneel nº 05/2013 (LER), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 18 parques eólicos, sendo eles:

7 parques no Estado do Piauí, com 210 MW:

- UEE Ventos de Santa Joana IX
- UEE Ventos de Santa Joana X
- UEE Ventos de Santa Joana XI
- UEE Ventos de Santa Joana XII
- UEE Ventos de Santa Joana XIII
- UEE Ventos de Santa Joana XV
- UEE Ventos de Santa Joana XVI

11 parques no Estado da Bahia, com 191,1 MW:

- UEE Baraúnas I
- UEE Mussambê
- UEE Morro Branco I
- UEE Acauã
- UEE Angical 2
- UEE Arapapa
- UEE Caititu 2
- UEE Caititu 3
- UEE Carcará
- UEE Corrupião 3
- UEE Teiú 2

No Leilão de Energia Aneel nº 09/2013 (A-3), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 12 parques eólicos, sendo eles:

6 parques no Estado do Piauí, com 180 MW:

- UEE Ventos de Santa Joana I
- UEE Ventos de Santa Joana III
- UEE Ventos de Santa Joana IV
- UEE Ventos de Santa Joana V
- UEE Ventos de Santa Joana VII
- UEE Ventos de Santo Augusto IV



4 parques no Estado de Pernambuco, com 120 MW:

- UEE Serra das Vacas I
- UEE Serra das Vacas II
- UEE Serra das Vacas III
- UEE Serra das Vacas IV

2 parques no Estado da Bahia, com 38 MW:

- UEE Coqueirinho 2
- UEE Papagaio

No Leilão de Energia Aneel nº 10/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de mais 3 parques eólicos, com 75,3 MW, situados no Estado da Bahia, sendo eles:

- UEE Banda de Couro
- UEE Baraúnas II
- UEE Tamanduá Mirim 2

Em 2012, a Companhia participou e obteve sucesso nos leilões de novos empreendimentos, promovidos pela Aneel, relacionados a seguir:

- Leilão nº 002/2012, Lote D, objetivando a construção da LT Camaçari IV/Pirajá, CS, em 230 kV, com 45 km; LT Pituaçu/Pirajá, CS, em 230 kV, com 5 km; e a SE Pirajá, em 230/69 kV 360 MVA.
- Leilão nº 003/2012, Lote A, objetivando a construção da SE Mirueira II 230/69 kV 300 MVA; e SE Jaboatão II 230/69 kV 300 MVA;
- Leilão nº 003/2012, Lote B, objetivando a construção da LT Mossoró II/Mossoró IV, CS, em 230 kV, com 40 km; LT Ceará-Mirim II/Touros, CS, em 230 kV, com 56,2 km; LT Russas/Banabuiu C2, CS, com 110 km; e as respectivas entradas de linhas na SE Touros 230 kV e SE Mossoró IV 230 kV;
- Leilão nº 003/2012, Lote C, objetivando a construção da LT Igaporã II/Igaporã III C1, CS, em 230 kV, com 2 km; LT Igaporã II/Igaporã III C2, CS, em 230 kV, com 2 km; LT Igaporã III/Pindaí II, CS, em 230 kV, com 46 km; e as respectivas entradas de linhas na SE Igaporã III 500/230 kV 1.500 MVA e SE Pindaí II 230 kV;

Em 2011, a Companhia participou e obteve sucesso nos leilões de novos empreendimentos, promovidos pela Aneel, relacionados a seguir:

- Leilão nº 001/2011, Lote A, vencido pelo Consórcio Extremoz, objetivando a construção, da LT Ceará Mirim – João Câmara II, CS, em 500 kV, com 64 km; LT Ceará Mirim – Campina Grande III, CS, em 500 kV, com 201 km; LT Ceará Mirim – Extremoz II, CS, em 230 kV, com 26 km; LT Campina Grande III – Campina Grande II, CS, em 230 kV, com 8,5 km; SE João Câmara II, 500 kV; SE Campina Grande III, 500/230 kV; SE Ceará Mirim, 500/230 kV, e instalação de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, banco de transformadores 500/138 kV na SE João Câmara II. A partir desse consórcio, em 07/07/2011, foi constituída a empresa Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. composta pela Chesf, com participação de 49% e pela CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista com 51%;
- Leilão 001/2011, Lote B, objetivando a construção da LT 230 kV Morro do Chapéu/Irecê C1, com 65 km, com as respectivas entradas de linha na SE Irecê e a da nova SE Morro do Chapéu;



- Leilão 001/2011, Lote C, objetivando a construção da nova LT 230 kV Paraíso/Lagoa Nova C1, com 65 km, seccionamento da LT 230 kV Piripiri/Sobral II C1 para conexão da nova SE Ibiapina, com a construção de 11 km em circuito duplo, das novas SE Ibiapina e SE Lagoa Nova e das entradas de linha nas SE Paraíso, SE Piripiri e SE Sobral II;
- Leilão 004/2011, Lote G, objetivando a construção da LT 230 kV Teresina II/Teresina III C1/C2 de 26 km, da nova SE Teresina III, e de duas entradas de linha na SE Teresina II;
- Leilão 004/2011, Lote H, objetivando a construção da LT 500 kV Recife II/Suape II C2 em 500 kV de 44 km, com as respectivas entradas de linha nas SE Recife II e SE Suape II;
- Leilão 004/2011, Lote I, objetivando a construção da LT 230 kV Sapeaçu/Santo Antonio de Jesus C4 de 31 km, da LT 500 kV Camaçari IV/Sapeaçu C1, de 105 km, e das entradas de linha em 500 kV nas SE Camaçari IV e SE Sapeaçu, entradas de linha em 230 kV nas SE Santo Antônio de Jesus e SE Sapeaçu;
- Leilão 004/2011, Lote L, vencido pelo Consórcio Garanhuns, objetivando a construção da LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV. A partir desse consorcio, em 22/09/2011, foi constituída a empresa Interligação Elétrica Garanhuns S.A., composta pela Chesf com participação de 49% e pela CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista com 51%;
- Leilão 006/2011, Lote B, objetivando a construção de um trecho da LT 230 kV Itagibá/Brumado II de 0,5 km, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 230 kV Itagibá – Brumado II e a Subestação Poções II; seccionamento da LT 230 kV Jardim/Fafen C1, com a construção de trecho de 0,3 km, para conexão da nova SE Nossa Senhora do Socorro; construção de LT 230 kV Jardim/Nossa Senhora do Socorro C1/C2 de 1,3 km; seccionamento da LT 230 KV Jardim/Penedo C1 com a construção de 5 km, para conexão da nova SE Nossa Senhora do Socorro; construção da LT 230 kV Messias/Maceió II C1/C2, com 20 km; adequação da entrada de linha na SE Brumado II para SE Poções II; adequação de entrada de linha na SE Itagibá para SE Poções II; adequação de 02 entradas de linha na SE Jardim para SE Nossa Senhora do Socorro; adequação de entrada de linha na SE Penedo para SE Nossa Senhora do Socorro; duas novas entradas de linha na SE Poções II e duas na SE Messias, novas SE Poções II, SE Maceió II e SE Nossa Senhora do Socorro;
- Leilão de Geração 07/2011, onde a Chesf com 49%, em parceria com a Voltalia Energia do Brasil Ltda. (1%) e Voltalia S.A. (50%), vendeu a energia a ser gerada pelos parques eólicos Junco I (30,6 MW) e Junco II (30,6 MW), no município de Jijoca de Jericoacoara, Caiçara I (30,6 MW) e Caiçara II (19,8 MW), no município de Cruz, todos no estado do Ceará, com potência total a instalar de 111,6 MW.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento para o exercício de 2014 serão compostas por: recursos financeiros existentes decorrentes das indenizações, geração de caixa nas suas operações e por financiamentos contratados e a contratar.



iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos em andamento nem previsão para sua realização.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Apenas o descrito no item a).

c) novos produtos e serviços, indicando:

- i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
- ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;**
- iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os demais aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nos itens anteriores.